



**ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
CONSELHEIRO LAFAIETE-MG**

Processo Licitatório nº 064/2022

Pregão Eletrônico nº 031/2022

Registro de Preço nº 022/2022

DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n. 04.889.013/0001-14, com sede na Rua Alzira Fernandes de Souza nº. 76, Bairro Sion das Mansões, Conselheiro Lafaiete-MG, CEP 36.404-315, por intermédio de seu representante legal, *ALDO CARLOS HENRIQUES BAETA*, brasileiro, casado, empresário, portador do RG Nº. M9208004 e CPF Nº. 028.879.236-09, com domicílio profissional na Rua Alzira Fernandes de Souza nº. 76, Bairro Sion das Mansões, Conselheiro Lafaiete-MG, CEP 36.404-315, vem, respeitosamente, a presença de V. Sa., **APRESENTAR RECURSO ADMINISTRATIVO**, com fulcro no artigo 4º, inciso XVIII da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c artigo 109 da lei 8.666/93, pelos motivos de fato e direito que se seguem:

I- DOS FATOS.

O Município de Conselheiro Lafaiete deu início ao processo licitatório, modalidade Pregão, no sistema Registro de Preços, tendo como objeto: *Aquisição de saneantes hospitalares para atender à demanda das Unidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Conselheiro Lafaiete, conforme descritivo previsto no item 19 e Anexo I deste Edital.*

Contudo, é fato que o item 5, cotado pela empresa vencedora **BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA com a marca Vic Pharma**, não atende ao edital.

Vejamos o descritivo do edital em relação ao item 5:

Rua Alzira Fernandes de Souza, nº 76 – Sion Mansões – Cons. Lafaiete/MG –

Fone: (31) 3764-5600

CNPJ: 04.889.013/0001-14 – Insc. Estadual: 183.162319.0072

E-mail: distrilaf@distrilaf.com.br , licitacoes@distrilaf.com.br

ALDO CARLOS
HENRIQUES
BAETA:02887923
609

Assinado de forma digital
por ALDO CARLOS
HENRIQUES
BAETA:02887923609
Dados: 2022.09.12
13:10:10 -03'00'



DESINFETANTE HOSPITALAR PRONTO PARA USO: 750 ml registrado como nível intermediário a base de quaternário de Amônio de quinta geração - blend de moléculas de segunda geração (cloreto de benzalcônio) e quarta geração (cloreto de ecildimetilamnio), (0,55% p/p) e Biguanida (cloridrato de polihexametileno) (0,1% p/p), compatível com superfícies em acrílico, aço inoxidável, ferro galvanizado, alumínio, lata, borracha e silicone. Tempo de contato de 2 a 5 minutos sem necessidade de enxágue para superfícies fixas e tempo de contato de 30 minutos para ser utilizado por imersão para artigos de assistência ventilatória e inaloterapia. **Eficaz contra bactérias vegetativas, microrganismos multirresistentes, vírus, fungos e microbactérias: MRSA, VRE, Acinetobacter baumannii (IMP- 1), KPC, ORSA, Mycobacterium bovis, Mycobacterium smegmatis, HSV, H1N1, Rotavírus, BVDV, Influenza e Arpergillus fumigatus. Apresentando efeito residual de até 12 dias em superfícies fixas, ação limpadora pelo menos para os microrganismos básicos para superfícies: Salmonella Choleraesuis, Staphylococcus aureus, Pseudomonas Aeruginosa e Escherichia coli. Biodegradabilidade de seus tensoativos, sistema conservante (challenge test).** A apresentação deverá ser em frasco borrifador de 750 ml com gatilho foam e spray, apresentando rendimento de pelo menos 1.000 aplicações/borrifadas. Apresentar dados de identificação; data de fabricação, e prazo de validade de até dois anos no ato da entrega. Registro na ANVISA- GRIFAMOS

Conforme expressamente solicitado no edital, o item 5 (DESINFETANTE HOSPITALAR PRONTO PARA USO) deve ser eficaz contra bactérias vegetativas, microrganismos multirresistentes, vírus, fungos e microbactérias: MRSA, VRE, Acinetobacter baumannii (IMP- 1), KPC, ORSA, Mycobacterium bovis,

Rua Alzira Fernandes de Souza, nº 76 – Sion Mansões – Cons. Lafaiete/MG –

Fone: (31) 3764-5600

CNPJ: 04.889.013/0001-14 – Insc. Estadual: 183.162319.0072

E-mail: distrilaf@distrilaf.com.br , licitacoes@distrilaf.com.br



Mycobacterium smegmatis, HSV, H1N1, Rotavírus, BVDV, Influenza e Arpergillus fumigatus.

Não obstante, a BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, não apresentou qualquer documento que comprovasse a eficácia do produto cotado, nos termos requeridos no edital. É ônus dos licitantes a prova de que o produto por eles cotados atendem ao descritivo do edital. Assim, especificamente em relação ao item 5, caberia a prova da eficácia do produto contra as bactérias indicadas no termo de referência à Bioshosp.

Por sua vez, o edital prevê que:

9.11. As propostas e documentação apresentadas poderão ser submetidas à apreciação da área solicitante para verificação do atendimento ao objeto licitado, mediante parecer fundamentado.

Logo, com a finalidade de se verificar se a proposta apresentada pela BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., atende ao descritivo do edital, mostra-se imperativa a intimação da mesma para que comprove que o item 5, atende ao descritivo do edital, com a apresentação dos respectivos laudos, submetendo-os à apreciação da área técnica.

Ante o acima exposto, a recorrente manifestou seu interesse em interpor recurso, cujas razões seguem abaixo:

II. DO DIREITO

Prima facie, importa destacar que a empresa recorrente possui plena capacidade técnica e financeira para responsabilizar-se pelo futuro contrato, acaso se sagre vencedora na disputa. Seu único objetivo é possibilitar-lhe a participação da competição em rigorosa igualdade de condições com suas concorrentes. Ultrapassado este breve esclarecimento, passa-se à análise minuciosa do Instrumento Convocatório, *quantum satis*.

Conforme acima exposto, a recorrente, como experiente empresa atuante no mercado de venda de matérias médico hospitalares, possui profundo conhecimento

Rua Alzira Fernandes de Souza, nº 76 – Sion Mansões – Cons. Lafaiete/MG –

Fone: (31) 3764-5600

CNPJ: 04.889.013/0001-14 – Insc. Estadual: 183.162319.0072

E-mail: distrilaf@distrilaf.com.br , licitacoes@distrilaf.com.br



técnico dos itens que comercializa e apresentou junto ao produto por ela cotado (item 5) todos os laudos que comprovam o atendimento às exigências do edital.

No descritivo do item 5 do edital, há a exigência expressa de que o produto seja **eficaz contra bactérias vegetativas, microrganismos multirresistentes, vírus, fungos e microbactérias: MRSA, VRE, Acinetobacter baumannii (IMP- 1), KPC, ORSA, Mycobacterium bovis, Mycobacterium smegmatis, HSV, H1N1, Rotavírus, BVDV, Influenza e Arpergillus fumigatus. Apresentando efeito residual de até 12 dias em superfícies fixas, ação limpadora pelo menos para os microrganismos básicos para superfícies: Salmonella Choleraesuis, Staphylococcus aureus, Pseudomonas Aeruginosa e Escherichia coli. Biodegradabilidade de seus tensoativos, sistema conservante (challenge test).**

Logo, cabe aos licitantes comprovar que o produto por eles cotados atende às necessidades do município.

O Termo de Referência ou Projeto Básico é um instrumento obrigatório para toda contratação (seja ela por meio de licitação, dispensa, inexigibilidade e adesão à ata de registro de preços), sendo elaborado a partir de estudos técnicos preliminares e devendo reunir os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto, bem como as condições da licitação e da contratação.

Considera-se, pois, que o referido instrumento é o documento que contém informações obtidas a partir de vários levantamentos feitos em relação ao objeto a ser contratado, o que permite dizer que possui os “códigos genéticos” das contratações pretendidas pela Administração Pública.

Assim, o termo de referência tem por fim guiar o fornecedor na elaboração da proposta, bem como orientar o pregoeiro ou a Comissão de Licitação no julgamento das propostas.

Em resumo, o Termo de Referência é o documento em que o requisitante esclarece aquilo que realmente precisa, trazendo a definição do objeto e os demais elementos necessários à sua perfeita contratação e execução e está previsto na legislação que regulamenta o pregão.

Rua Alzira Fernandes de Souza, nº 76 – Sion Mansões – Cons. Lafaiete/MG –

Fone: (31) 3764-5600

CNPJ: 04.889.013/0001-14 – Insc. Estadual: 183.162319.0072

E-mail: distrilaf@distrilaf.com.br , licitacoes@distrilaf.com.br

ALDO CARLOS
HENRIQUES
BAETA:02887923609

Assinado de forma digital por
ALDO CARLOS HENRIQUES
BAETA:02887923609
Dados: 2022.09.12 13:10:47
-03'00'



Logo, o atendimento ao descritivo dos itens, é medida imperativa para que a licitação atinja sua finalidade, que é a busca da melhor proposta, atendendo às necessidades do ente licitante.

QUESTIONA-SE, SE A DESCRIÇÃO DO ITEM 5, É DE SANEANTE EFICAZ CONTRA CERTOS TIPOS DE BACTÉRIAS, TERIA A FINALIDADE DA LICITAÇÃO SIDO ATINGIDA SE O ITEM COTADO PELO VENCEDOR NÃO FOR EFICAZ CONTRA AS BACTÉRIAS ESPECIFICADAS? POR CERTO, A RESPOSTA É NÃO.

Dispõe o artigo 3º da lei 8.66/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

De acordo com o previsto no art. 3º, caput, da Lei nº 8.666/1993, a licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, além de garantir a observância do princípio constitucional da isonomia. Nessa esteira, deve o gestor buscar todos os mecanismos legais que lhe assegurem a máxima vantajosidade da contratação.

A proposta mais vantajosa, no caso das licitações na modalidade Pregão, é aquela que, atendidos os requisitos técnico-qualitativos da contratação, possua o menor preço. Para se atingir esse objetivo, devem-se adotar mecanismos para **se alcançar o menor preço e, ao mesmo tempo, garantir que o objeto da contratação contemple todos os requisitos necessários ao atendimento da necessidade que motivou a contratação.**

A potencial obtenção do menor preço é uma consequência da adoção da modalidade Pregão, que, além de permitir unicamente o tipo menor preço, pela sua sistemática, ampliou o acesso das empresas às compras públicas.

Rua Alzira Fernandes de Souza, nº 76 – Sion Mansões – Cons. Lafaiete/MG –

Fone: (31) 3764-5600

CNPJ: 04.889.013/0001-14 – Insc. Estadual: 183.162319.0072

E-mail: distrilaf@distrilaf.com.br , licitacoes@distrilaf.com.br



Como é de conhecimento público e notório, é recorrente o problema de entrega de bens e suprimentos de qualidade duvidosa ou até mesmo inservível, pela observância unicamente do menor preço ofertado, conseqüência da disputa por Pregão.

Esse problema é decorrente também de uma percepção equivocada de muitos gestores públicos de que o Pregão leva à contratação de bens e serviços pelo menor preço possível no mercado. **Na verdade, o Pregão é uma modalidade de licitação que propicia a compra pelo menor preço entre os bens e serviços que atendam aos requisitos estabelecidos.**

No caso em comento, não pode ser declarada vencedora empresa que ofertou produto em desacordo com o termo de referência do edital, mormente quando a inobservância do descritivo editalício pode trazer prejuízos à população.

Quando se trata de licitação para aquisição de materiais médicos hospitalares, deve-se ser observado não somente os preços, razão pela qual impõe-se já no edital as especificações técnicas que cada produto deverá ter.

Destaca-se que, nos termos do DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, cabe ao pregoeiro, verificar se as propostas estão de acordo com o edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos:

Art. 28. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Parágrafo único. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

Logo, o descritivo do edital não pode ser preterido, sob pena de afronta direta aos Princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório e da Isonomia, que preveem que não pode a Administração tratar de forma desigual os licitantes.

Rua Alzira Fernandes de Souza, nº 76 – Sion Mansões – Cons. Lafaiete/MG –

Fone: (31) 3764-5600

CNPJ: 04.889.013/0001-14 – Insc. Estadual: 183.162319.0072

E-mail: distrilaf@distrilaf.com.br , licitacoes@distrilaf.com.br



São princípios informativos da licitação o da livre concorrência, o da igualdade entre os concorrentes e o da publicidade. No procedimento licitatório ora questionado, os citados princípios não foram observados, maculando todo o processo de nulidade absoluta.

O princípio da igualdade constitui um dos alicerces da licitação, posto que visa, não apenas permitir a administração que escolha a melhor proposta, como também assegurar a igualdade de direitos a todos os interessados em contratar.

In casu, o princípio da igualdade não restará observado se a administração preterir exigências constantes expressamente no edital.

Não bastasse, pelo princípio da legalidade, a administração somente pode atuar de acordo com as previsões legais, sendo a licitação um procedimento inteiramente vinculado a lei, é o que se depreende do artigo 4º da lei 8.66/93:

Art. 4º Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Em sendo lei, o Edital com os seus termos atrelam tanto à Administração, que estará estritamente subordinada a seus próprios atos, quanto às concorrentes – sabedoras do inteiro teor do certame.

Trata-se de garantia à moralidade e impessoalidade administrativa, bem como ao primado da segurança jurídica.

A Administração e as licitantes ficam restritas ao que lhes é solicitado ou permitido no Edital, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Todos os atos decorrentes do procedimento licitatório, por óbvio, vincular-se-ão ao contrato.

Focando na premissa de que toda licitação deve ser em busca da contratação mais vantajosa para a Administração, ou seja, não somente o melhor preço, como a

Rua Alzira Fernandes de Souza, nº 76 – Sion Mansões – Cons. Lafaiete/MG –

Fone: (31) 3764-5600

CNPJ: 04.889.013/0001-14 – Insc. Estadual: 183.162319.0072

E-mail: distrilaf@distrilaf.com.br, licitacoes@distrilaf.com.br



melhor observação quanto à qualidade e todos os demais critérios da Convocação, verifica-se que no caso aqui discutido houve inequívoca violação à norma editalícia, bem como aos princípios da isonomia e livre concorrência.

O princípio da vinculação ao edital reflete o estabelecimento da lei interna da licitação, que determina que, uma vez fixados os termos pela Administração Pública, estes vincularam os licitantes e o órgão administrativo que expediu o edital.

Conforme nos ensina Marçal Justen Filho, *“ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia”*.

Como sabido, os termos do Edital são inalteráveis e, enquanto vigentes, não há qualquer possibilidade de desviar-se de suas prescrições.

Diante de todo o exposto, requer seja dado provimento ao presente recurso, para que seja intimada a empresa BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, para que comprove que o item 5, atende ao descritivo do edital, com a apresentação dos respectivos laudos, para análise e parecer da área técnica.

III- DOS PEDIDOS.

Em face do exposto, requer seja dado provimento ao presente recurso para que seja intimada a empresa BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, para que comprove que o item 5, atende ao descritivo do edital, com a apresentação dos respectivos laudos e, não o fazendo, que seja desclassificada, para que o pregoeiro examine as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto definido neste edital e seus anexos.

Outrossim, amparada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior em consonância com o previsto no § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Rua Alzira Fernandes de Souza, nº 76 – Sion Mansões – Cons. Lafaiete/MG –

Fone: (31) 3764-5600

CNPJ: 04.889.013/0001-14 – Insc. Estadual: 183.162319.0072

E-mail: distrilaf@distrilaf.com.br , licitacoes@distrilaf.com.br



Diante de todo o exposto, requer e espera meticulosa atenção desta Comissão de Licitação, para acolher as alegações trazidas a lume, SUSPENDENDO o procedimento licitatório até ulterior julgamento do presente recurso.

Nestes termos;

Pede deferimento.

Conselheiro Lafaiete, 12 de setembro de 2022.

ALDO CARLOS
HENRIQUES

BAETA:02887923609

Assinado de forma digital por
ALDO CARLOS HENRIQUES
BAETA:02887923609
Dados: 2022.09.12 13:11:34 -03'00'

ALDO CARLOS HENRIQUES BAETA

RG Nº. M9208004 E CPF Nº. 028.879.236-09

Rua Alzira Fernandes de Souza, nº 76 – Sion Mansões – Cons. Lafaiete/MG –

Fone: (31) 3764-5600

CNPJ: 04.889.013/0001-14 – Insc. Estadual: 183.162319.0072

E-mail: distrilaf@distrilaf.com.br , licitacoes@distrilaf.com.br



CONTABILIDADE FARIA
Rua Afonso Pena, nº 41 – sala 07 - Centro
Cons. Lafaite – MG - Fone: (031) 763.1260

CONTRATO DE SOCIEDADE PÔR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Os abaixo assinados, **NILDA HENRIQUES BAETA**, brasileira, casada, comerciante, nascida em Santana dos Montes - MG, Cep 36.430-000, a 01/04/1948, portadora da Carteira de Identidade nº - M - 4.640.355, expedida pela SSP/MG, CPF nº - 654.468.106-78, residente e domiciliado à Rua Amazonas, 466, bairro São João, em Conselheiro Lafaite - MG, Cep 36400.000 e **AILTON PEREIRA BARBOSA**, brasileiro, solteiro, comerciante, nascido em Conselheiro Lafaite - MG, Cep 36400.000 a 02/06/1977, portador da Carteira de Identidade nº MG - 11.774.061, expedida pela SSP/MG, CPF nº - 031913486-54, residente e domiciliado à Rua Amazonas, 466 bairro São João, em Conselheiro Lafaite - MG, Cep 36400.000 resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, constituírem uma sociedade pôr quotas de responsabilidade limitada que se regerá mediante às seguintes cláusulas e condições:

- 1º.) **DENOMINAÇÃO SOCIAL**
" DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA "
- 2º.) **NOME DE FANTASIA**
" DISTRILAF MEDICAMENTOS "
- 3º.) **SEDE E ENDEREÇO COMERCIAL**
Rua José Apolinário Sobrinho, nº 17, Bairro Santa Matilde, em Conselheiro Lafaite-MG Cep 36400.000.
- 4º.) **FORMA JURIDICA**
Sociedade pôr Quotas de Responsabilidade Limitada.
- 5º.) **OBJETO SOCIAL**
A sociedade dedicar-se-á ao comércio atacadista de medicamentos, Material Hospitalar e Odontológico e seus correlatos ao ramo.
- 6º.) **SITUAÇÃO**
Independente de autorização federal.
- 7º.) **PRAZO DE DURAÇÃO E INÍCIO DE ATIVIDADES.**
A sociedade inicia as suas atividades comerciais em 01 de Março de 2002, pôr prazo indeterminado.
- 8º.) **FILIAIS**
Não as possui, podendo entretanto abri-las onde e quando for de conveniência, observadas as normas que regem o assunto.
- 9º.) **CAPITAL**
O Capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), dividido em 20.000 (vinte mil) quotas de R\$ 1,00 (um real), cada





CONTABILIDADE FARIA
Rua Afonso Pena, nº 41 – sala 07 - Centro
Cons.Lafayette – MG - Fone: (031) 763.1260

10º.)

11º.)

12º.)

13º.)

14º.)

15º.)

16º.)

17º.)

uma, assim subscritas integralizadas pelos sócios em moeda corrente nacional neste ato, a saber:

NILDA HENRIQUES BAETA

10.000 (dez mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo um total de R\$ 10.000,00(Dez mil reais).

AILTON PEREIRA BARBOSA

10.000 (dez mil) quotas de R\$ 1,00(um real) cada uma, perfazendo um total de R\$10.000,00(dez mil reais).

RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS:

É limitada à importância total do capital social.

GERENCIA:

Administração dos negócios sociais, assim como o direito de uso da denominação social, caberá à Sócia **NILDA HENRIQUES BAETA**, que poderá fazer uso a denominação social isoladamente.

RETIRADAS MENSIS PRÓ - LABORE:

A títulos de Pró – Labore e a débito de despesas gerais a sócia quotista **NILDA HENRIQUES BAETA**, retirará mensalmente a importância de até ao máximo permitido pelo IMPOSTO DE RENDA. O sócio **AILTON PEREIRA BARBOSA** não fará jus a retirada pró-labore por não exercer nenhuma atividade na empresa, figurando apenas como sócio quotista.

RESULTADOS:

Os lucros ou prejuízos apurados em Balanço, que se dará em 31 de Dezembro de cada ano, serão distribuídos aos sócios quotistas na proporção de suas quotas ou levados a conta Lucros em Suspense.

A DESISTENCIA E O ÓBITO:

Em caso de desistência, óbito ou impedimento de sócio quotista, a sociedade não se dissolverá e os seus haveres serão apurados em Balanço e pagos a quem de direito.

TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS:

As quotas serão livremente transferíveis entre os sócios, e intransferíveis a terceiros sem o consentimento por expressão dos sócios, o que se dará em documento especial, para modificação deste instrumento, e admissão de outro sócio.

AVAIS E FIANÇAS

É expressamente proibido aos sócios prestar avais e fianças mesmo conjuntamente, em nome da sociedade, reputando-se nulo qualquer ato neste sentido.

DECLARAÇÃO:

Os sócios declaram, sob as penas da Lei, que não estão e não incorrem nas proibições previstas no inciso II, do artigo 35 da Lei 8.934 de 18/11/1994.



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 34230605218636756218-2
Data: 06/05/2021 11:15:00
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALL44159-M0RJ;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB





CONTABILIDADE FARIA
Rua Afonso Pena, nº 41 – sala 07 - Centro
Cons.Lafaiete – MG - Fone: (031) 763.1260

18°.)

FORO:

Fica eleito o da Comarca de Conselheiro Lafaiete – MG,
para qualquer ação judicial.

E, pôr estarem assim justos e contratados, assinam o Presente instrumento, perante duas testemunhas ao final assinados, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo fielmente, pôr si e seus herdeiros ou sucessores.

Conselheiro Lafaiete-MG, 29 de Janeiro de 2002.

Nilda Henriques Baeta
Nilda Henriques Baeta

Ailton Pereira Barbosa
Ailton Pereira Barbosa

Testemunhas:

Wellington Silvio de Faria
CRC/MG – 35.675

Maria Aparecida de Souza de Faria
C.I. – MG 11.285.582



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 34230605218636756218-3
Data: 06/05/2021 11:15:00
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALL44160-2WNN;



CNJ: 06.870-0

Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>

Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **06/05/2021 11:29:44 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 34230605218636756218-1 a 34230605218636756218-3

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.


CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b257082aad50d4e7ff6a6a6be9b5737f3f23a94651588fdc66d6f661470e83f93ddea05ffa5a2a947be22c6e94436b533d3
24c2883882b15fa8f8e8f025a3a99



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



 <p>Ministério da Economia Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais</p>			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 31206425185	Código da Natureza Jurídica 2062	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio			

1 - REQUERIMENTO


ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		024	1	ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE

Nº FCN/REMP



MGP2100212848

CONSELHEIRO LAFAIETE

Local

16 Março 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO __/__/____
Data Responsável

☐ NÃO __/__/____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) <input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se. <input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

____/____/____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES




JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/297.479-3	MGP2100212848	16/03/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
028.879.236-09	ALDO CARLOS HENRIQUES BAETA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

“DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA”

CNPJ: 04.889.013/0001-14 – NIRE 3120642518-5 - I.E.183162319.00-72

End. Rua Alzira Fernandes de Souza - nº 76 – Bairro Sion – Conselheiro Lafaiete- MG CEP: 36404-315

ALDO CARLOS HENRIQUES BAÊTA, brasileiro, natural de Rio Espera – MG, casado com comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 03/06/1976, portador do CPF nº 028.879.236-09 e da carteira de identidade nº M-9.208.004, expedida pela SSP/MG, residente e domiciliado à Alameda das Rosas, nº 70, Bairro Granja das Hortências, na cidade de Conselheiro Lafaiete – MG, CEP: 36402-212;

WELBER CAMILO HENRIQUES BAETA, brasileiro, natural de Rio Espera - MG, casado com comunhão universal de bens, empresário, nascido em 14/07/1974, portador do CPF nº 026.407.466-18 e da Carteira de Identidade nº M-7.212.477, expedida pela SSP/MG, residente e domiciliado à Avenida das Castanheiras, nº 325, Bairro Recanto dos Colibris, na cidade de Conselheiro Lafaiete – MG, CEP: 36408-040; únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada, sob a denominação social de “**DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**”, estabelecida a Rua Alzira Fernandes de Souza, nº 76, Bairro Sion Mansões, na cidade de Conselheiro Lafaiete-MG, CEP: 36404-315, inscrita no CNPJ: 04.889.013/0001-14, conforme contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 3120642518-5 em sessão de 05/02/2002, resolvem, em comum acordo, e na melhor forma de direito alterar pela **DÉCIMA TERCEIRA** vez seus atos constitutivos, e o fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: O Objeto social da filial passa a ser a comercialização por atacado de medicamentos e correlatos, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar, laboratórios e saneantes; produtos odontológicos; cosméticos e produtos de perfumaria; produtos de higiene pessoal; máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar.

Cláusula Segunda: Em virtude das alterações havidas, fica o presente contrato social vigorando com as cláusulas e condições seguintes, totalmente consolidadas neste presente instrumento de alteração contratual.

CONTRATO SOCIAL **CONSOLIDAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular de consolidação do contrato social, os abaixo-assinados:

ALDO CARLOS HENRIQUES BAÊTA, brasileiro, natural de Rio Espera – MG, casado com comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 03/06/1976, portador do CPF nº 028.879.236-09 e da carteira de identidade nº M-9.208.004, expedida pela SSP/MG, residente e domiciliado à Alameda das Rosas, nº 70, Bairro Granja das Hortências, na cidade de Conselheiro Lafaiete – MG, CEP: 36402-212;

WELBER CAMILO HENRIQUES BAETA, brasileiro, natural de Rio Espera - MG, casado com comunhão universal de bens, empresário, nascido em 14/07/1974, portador do CPF nº 026.407.466-18 e da Carteira de Identidade nº M-7.212.477, expedida pela SSP/MG, residente e domiciliado à Avenida das Castanheiras, nº 325, Bairro Recanto dos Colibris, na cidade de Conselheiro Lafaiete – MG, CEP: 36408-040, têm entre si justo e contratado uma Sociedade Empresária Limitada, regida pelas cláusulas e condições seguintes e nas omissões, pela legislação específica que disciplina essa forma societária.

PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE: A empresa utiliza o nome empresarial de “**DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**” e tem sua matriz estabelecida à



Rua Alzira Fernandes de Souza nº 76 – Bairro Sion em Conselheiro Lafaiete – MG, CEP: 36404-315,

Parágrafo Único: A sociedade tem uma filial situada à Rua Alzira Fernandes de Souza, nº 76 – Letra A - Bairro Sion Mansões, na cidade de Conselheiro Lafaiete- MG, CEP: 36404-315.

SEGUNDA – OBJETO: O Objeto social é a importação, comércio atacadista de medicamentos e correlatos, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar, laboratórios e saneantes; produtos odontológicos; cosméticos e produtos de perfumaria; produtos de higiene pessoal; máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; o comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; comércio varejista via e-commerce e tele vendas de artigos médicos e ortopédicos e correlatos, de produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador, cosméticos e produtos de higiene pessoal; o transporte próprio dos produtos comercializados.

Parágrafo Único: O objeto social da filial é a comercialização por atacado de medicamentos e correlatos, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar, laboratórios e saneantes; produtos odontológicos; cosméticos e produtos de perfumaria; produtos de higiene pessoal; máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar.

TERCEIRA – INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO: A sociedade iniciou suas atividades em **01 de março de 2002** e seu prazo de duração é indeterminado.

QUARTA – CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE: O capital social é de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), dividido em 800.000 (Oitocentas mil) quotas, de valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, integralizadas neste ato em moeda corrente do País, assim subscritas:

SÓCIOS	Nº DE QUOTAS	VALOR
ALDO CARLOS HENRIQUES BAÊTA	400.000	R\$ 400.000,00
WELBER CAMILO HENRIQUES BAÊTA	400.000	R\$ 400.000,00
TOTAL	800.000	R\$ 800.000,00

QUINTA – DAS QUOTAS: As quotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO: A Administração da sociedade caberá ao sócio **ALDO CARLOS HENRIQUES BAÊTA**, com poderes e atribuições de administrador, podendo assinar pela sociedade, representa-la passiva e ativamente junto a bancos, fornecedores e repartições públicas, podendo também admitir ou demitir funcionários, e praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens móveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

SÉTIMA – RESULTADOS ANUAIS: Os lucros ou prejuízos apurados em Balanço Geral a ser levantado em 31 de dezembro de cada ano, serão atribuídos ou distribuídos aos sócios na proporção de seus capitais (Art. 1.065, CC/2002).

Parágrafo Único: Em caso de prejuízo, poderá o mesmo, a juízo dos cotistas, ficarem em conta pendente para ser compensado em lucros futuros.

OITAVA – DAS FILIAIS: A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante ato de alteração do ato constitutivo.

NONA – RETIRADAS: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “**pró - labore**” observadas as disposições regulamentares pertinentes.



DÉCIMA – FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO: Ocorrendo o falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, continuando com os remanescentes e um representante dos herdeiros legais do falecido ou interditado.

DÉCIMA PRIMEIRA – SAÍDA DE SÓCIOS: Qualquer sócio que pretender se retirar da sociedade, deverá comunicar aos demais, por escrito, com antecedência mínima de 60 dias.

DÉCIMA SEGUNDA – FORO: Fica eleito o foro da comarca de Conselheiro Lafaiete – MG, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS: O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, feita ou suborno, concussão, peculato, ou contra as relações de consumo, fé pública, ou propriedade.

Conselheiro Lafaiete, 16 de março de 2021

Aldo Carlos Henriques Baêta
CPF: 028.879.236-09

Welber Camilo Henriques Baêta
CPF: 026.407.466-18

Renata Loures Moreira
OAB/MG: 106.885
CPF: 064.695.776-79





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/297.479-3	MGP2100212848	16/03/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
028.879.236-09	ALDO CARLOS HENRIQUES BAETA
064.695.776-79	RENATA LOURES MOREIRA
026.407.466-18	WELBER CAMILO HENRIQUES BAETA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, de NIRE 3120642518-5 e protocolado sob o número 21/297.479-3 em 17/03/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8430763, em 17/03/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Viviane Maria Rezende Lara Favarini.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
028.879.236-09	ALDO CARLOS HENRIQUES BAETA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
026.407.466-18	WELBER CAMILO HENRIQUES BAETA
028.879.236-09	ALDO CARLOS HENRIQUES BAETA
064.695.776-79	RENATA LOURES MOREIRA

Belo Horizonte. quarta-feira, 17 de março de 2021



Documento assinado eletronicamente por Viviane Maria Rezende Lara Favarini, Servidor(a) Público(a), em 17/03/2021, às 15:05 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 21/297.479-3.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. quarta-feira, 17 de março de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8430763 em 17/03/2021 da Empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, Nire 31206425185 e protocolo 212974793 - 17/03/2021. Autenticação: 4724F1ACD49A1F4E4D3C9CF22B2D11E8FB1A5F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/297.479-3 e o código de segurança r1JK Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 17/03/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

MG-9.208.004 26/03/2014

ALDO CARLOS HENRIQUES BAETA

VICENTE DE PAULA BAETA

NILDA HENRIQUES BAETA

RIO ESPERA-MG 3/6/1976

CAS. IV-67B FL-166V

CONSELHEIRO LAFAIETE-MG

028879236-09

LEITICIA ALESSI MACHADO ROQUELO

PJT-2623

VIA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **20/11/2020 16:47:05 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 34232011203732153429-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b7b2730e3f3e8976668beb8d19e6f8c8f8e5bb2c12f215fb178f4a3bdc9d7da8208961d82ed50b66204022f8bdfc389bc3d3
24c2883882b15fa8f8e8f025a3a99



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁFEGO
CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MG

NOME
WELBER CAMILO HENRIQUES BAETA

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR UF
M7212477 SSP MG

CPF **026.407.466-18** **DATA NASCIMENTO** **14/07/1974**

FILIAÇÃO
VICENTE DE PAULA BAETA
NILDA HENRIQUES BAETA

PERMISSÃO **ACC** **CAT. IIA**

Nº REGISTRO **02052755299** **VALIDADE** **11/05/2023** **1ª HABILITAÇÃO** **09/06/1994**

OBSERVAÇÕES
X :

Wilton Camilo Henrique Baeta
 ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL **CONSELHEIRO LAFAIETE, MG** **DATA EMISSÃO** **16/05/2018**

Alessandro Amaro da Matta
 Diretor DETRAN/MG

89610658688
MG534004857

MINAS GERAIS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1640545253

PROIBIDO PLASTIFICAR
1640545253

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **20/11/2020 16:46:28 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 34232011205632934703-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b7b2730e3f3e8976668beb8d19e6f8c8f0472cdf28838a88619fb73a142b3256995bfa447e1d7231531ee46d788e8a7d33d324c2883882b15fa8f8e8f025a3a99



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

